



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais – COPAM

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2022

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
COORDENADORIA DE COMPRAS (COPAM)
REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS

Na Sexta-Feira, 28 de janeiro de 2022, o **MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Benjamim Constant, 429 na cidade de Ijuí/RS, CNPJ nº 90.738.196/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **ANDREI COSSETIN SCZMANSKI**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº. 1076560349 e inscrito no CPF nº. 002.702.350-86, e de outro lado a empresa **JGB EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA SA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na (o) Rua JGB, Bairro Lindos Ares, **SÃO JERÔNIMO/RS**, CEP: 96700-000, Fone: **5136518888**, E-mail: **fernanda.silva@jgb.com.br**, inscrita no CNPJ sob nº 90.278.565/0001-28, legalmente representada por **JOSÉ GERALDO BRASIL**, brasileiro(a), inscrito (a) no CPF sob o nº **120.185.890-91**, de acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/02 (e alterações posteriores), Decreto Executivo Municipal nº 3.986/07 (e alterações posteriores), Decreto Municipal nº 7.074/2020 e no que couberem, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 (e alterações posteriores), conforme a classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 99/2021**. RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital, que passa a fazer parte desta ata, tendo sido o referido preço oferecido pela licitante cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar no certame acima mencionado, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DA DOCUMENTAÇÃO

1.1. Para todos os efeitos, incorporam-se como parte integrante desta Ata, independente de transcrição, o edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº **99/2021**. e seus anexos, a proposta e os documentos apresentados pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por objeto o Registro de preços para aquisição de equipamentos de proteção individual - EPI(s) para combate a incêndio estrutural e florestal., conforme discriminado abaixo:

Item	Qtd	Un	Descrição	Marca	Valor Unitário
1	60,00	CJ	Conjunto de proteção para combate a incêndio urbano, composto de capa e calça, com camada externa confeccionada com fibras de MetaAramida, Para-Aramida, Poliamida e fibra antiestática, devendo ser na cor "Preta" para a camada externa, deve ainda ser impermeável contra água e óleo. Especificação geral do equipamento. - Capa de proteção para combate a incêndio estrutural, dotada de alça de salvamento na cintura escapular; - Calça de proteção para combate a incêndio estrutural com suspensório removíveis e protegidos na região trapezoidal transversal, com calça dotada de joelheiras internas; - Treinamento de utilização, manutenção e lavagem do equipamento, EN 14560. Camada externa "rip stop" na cor preta	JGB	4.900,00



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais – COPAM

		<p>composta por 59% para-aramida + 40% meta-aramida +1% de anti-estático, barreira de umidade composta por PTFE dublado com feltro de aramida e aramida filamentada, forro para conforto à pele composto por 51% meta-aramida + 49% viscosa FR. Poderá ser ofertado composição similar desde que apresente níveis de desempenho igual ou superior ao requisitado. Gramatura total máxima 565 g/m². Certificado pela norma EN 469:2005 + A1 2006. Certificado pela norma EN 1149-5:2008. Com UE Marking. Casaco com fechamento frontal duplo: zíper com sistema de emergência coberto por aba de tempestade fechada com argola e gancho. Gola alta com aba ajustada com velcro para cobertura do pescoço do usuário. Dois bolsos externos chapados com aba de fechamento e sistema para drenagem de líquido na parte frontal inferior. Um bolso interno do lado esquerdo para rádio. Um bolso interno na altura do peito entre a camada externa e a barreira de umidade para colocação de celular. Punhos em malha de aramida e sistema de contenção de líquido nos punhos em PTFE "poço d'água", com fechamento por tira do mesmo material da camada externa. Forro fixo com abertura na barra através de zíper para inspeção das camadas internas. Bolso sanfonado com drenagem de líquido no lado esquerdo na altura do peito com aba de fechamento para fixação de rádio HT. Dispositivo para fixação lanterna no peito lado direito tipo envelope sanfonado com tampa. Fita retrorefletiva e fluorescente 50 mm (amarelo-prata-amarelo) nas mangas, tórax e pélvis. Com reforço de aramida siliconada anti chamas nos ombros e cotovelos coberto por tecido rip stop na mesma composição da camada externa. Prolongamento das axilas e sanfona nas costas para não restringir mobilidade. Com dispositivo de resgate por arrasto (DRD) confeccionado em aramida localizado entre a camada externa e o forro formando uma alça embaixo dos braços, com saída nas costas (região da nuca) protegida por lapela e velcro. Costuras com linha de aramida. Identificação do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul em material retrorefletivo estampado a quente na parte superior das costas. Nome do combatente estampado em tarja removível centralizada na parte traseira abaixo da cintura. Bandeira do estado do Rio Grande do Sul bordado no braço direito e Brasão dos Bombeiros Militares do Rio Grande do Sul aplicado no braço esquerdo, ambos acima da faixa. Calça com suspensório 50 mm modelo "H" com proteção de ombros em PU, regulagem no peito tipo paraquedista e fixação na calça com engate rápido. Braguilha com fechamento duplo (zíper/lapela de argola e gancho). Regulagem externa de cintura nas laterais. Reforço de aramida nos joelhos e na região interna da bainha (calcanhar) para reduzir o desgaste por abrasão, coberto por tecido rip stop na mesma composição da camada externa. Bolsos laterais externos sanfonados com drenagem de líquido. Faixas refletivas 50 mm ao redor das pernas posicionadas abaixo do joelho. Pala traseira em formato de trapézio reforçada com duas camadas de espuma para melhor conforto ao contato com EPRA. Costuras com linha de aramida</p>		
--	--	--	--	--



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais – COPAM

Valor total para o fornecedor: **R\$ 294.000,00**

**CLÁUSULA TERCEIRA
DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1.** O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em na CLÁUSULA PRIMEIRA, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 99/2021.
- 3.2.** Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Eletrônico nº **99/2021** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

**CLÁUSULA QUARTA
DA VALIDADE E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS**, contados da sua assinatura.
- 4.2.** A presente Ata de Registro de Preços não obriga o Município de Ijuí – Poder Executivo a firmar contratações ou realizar aquisições na quantidade estimada, sendo possível a ocorrência de outros certames licitatórios concomitantes para a aquisição de itens ou contratação de serviços específicos.

**CLÁUSULA QUINTA
DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE EMPENHO**

- 5.1.** As aquisições do(s) objeto(s) da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade da administração.
- 5.2.** A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pela administração, vinculando a **SIGNATÁRIA**, nos termos do edital e desta ata, a partir do seu recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA**

- 6.1.** Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando todas as exigências contidas no edital do Pregão Eletrônico nº 99/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 6.2.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **DETENTOR DA ATA**, cujas reclamações se obriga a atender.
- 6.3.** Efetuar a entrega de acordo com as especificações.
- 6.4.** Compete à signatária, por sua conta e exclusiva responsabilidade:
- a)** Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor, as especificações do edital e as cláusulas deste Ato;
 - b)** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento e entrega do(s) produto(s) objeto deste contrato, inclusive impostos, taxas e contribuições, fretes, embalagens, seguros e eventuais perdas e danos;
 - c)** Manter, durante a vigência do Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - d)** Fornecer o(s) produto(s) nos termos especificados no objeto deste instrumento, observadas as respectivas quantidades e preços, e entregá-los de acordo com a(s) Ordem(ns) de Compra.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais – COPAM

**CLÁUSULA SÉTIMA
DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

- 7.1.** A entrega deverá ser feita nesta cidade de Ijuí/RS, no local indicado no pelo 12º Batalhão do Corpo de Bombeiro Militar.
- 7.2.** Após a solicitação, por parte da Secretaria Requisitante, a empresa terá o prazo máximo de **90 (noventa) dias úteis** para efetuar a entrega do produto.
- 7.3.** A Nota de Empenho poderá ser encaminhada por meio eletrônico.
- 7.4.** No caso de reprovação dos produtos recebidos, a licitante deverá promover a substituição destes no prazo de 02 (duas) horas a contar do recebimento da intimação, às suas expensas, por produtos que atendam às exigências contidas neste edital.
- 7.5.** Na impossibilidade da substituição dos produtos, a licitante devolverá ao Município de Ijuí – Poder Executivo os valores já recebidos, acrescidos de juros legais, referentes ao pagamento dos produtos reprovados, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis contados a partir da data em que expirou o prazo de reposição, independentemente das sanções previstas neste edital

**CLÁUSULA OITAVA
DOS VALORES E DOS PAGAMENTOS CONTRATUAIS**

- 8.1.** O valor para o fornecimento e entrega do(s) produto(s) objeto desta Ata estão consignados na tabela disposta na Cláusula II deste instrumento (DO OBJETO).
- 8.2.** O pagamento somente será efetuado depois de satisfeitas todas as condições de entrega previstas no edital.
- 8.3** Após o recebimento do objeto contratado ou parcela dele, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da liquidação da documentação, conforme Capítulo II, art. 6º e § 3º, art. 8º, do Decreto Executivo Municipal nº 5.753, de 15 de setembro de 2015.
- 8.3.1** Os arquivos eletrônicos dos documentos fiscais (arquivo XML e a DANFE da NFE ou NFSE) deverão ser encaminhados pela empresa adjudicatária, obrigatoriamente, para o e-mail xmlfornecedor@ijui.rs.gov.br.
- 8.3.2** A nota fiscal deverá trazer os seguintes dados cadastrais do Município de Ijuí:
Município de Ijuí
CNPJ: 90.738.196/0001-09
Inscrição Estadual: 065-0151348
Endereço: Rua Benjamin Constant, nº 429, Centro, Ijuí/RS – 98700-000
Nº do empenho
- 8.4** O pagamento será realizado pelo Município de Ijuí – Poder Executivo mediante depósito bancário em favor da adjudicatária, que indicará em formulário próprio o nome da instituição, a localidade, o código da agência bancária e o número da conta corrente para que seja realizada a operação.
- 8.5** As informações referidas no item anterior deverão ser encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda, ficando a licitante obrigado a mantê-las atualizadas.

**CLÁUSULA NONA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 9.1** São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas pertinentes.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais – COPAM

9.2 A licitante ficará sujeita, garantido o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa correspondente:

b.1) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de cláusula contratual ou forma de legislação pertinente;

b.2) À razão de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, contados a partir do prazo final de entrega prevista na Ordem de Compra;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.3 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observados os procedimentos contidos na legislação própria.

9.4 Será aplicada multa de 02% (dois por cento) do valor estimado de fornecimento, tanto à licitante, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, e que venha a ser inabilitada por ter apresentado documentos que seguramente não atendam as exigências deste edital, como às demais licitantes que derem causa a tumultos durante a sessão pública de pregão ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.

9.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação de outras.

9.6 O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do infrator, sob pena de inscrição do respectivo valor como Dívida Ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA
DO REAJUSTE DOS VALORES**

10.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreeajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

10.2 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

10.3 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, a licitante registrada será convocada pelo Município de Ijuí – Poder Executivo para a devida alteração do valor registrado em Ata.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 Integram esta Ata, independente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 99/2021 e seus anexos e a(s) proposta(s) apresentada(s) pela(s) licitante(s) no certame supranumerado.

11.2 A adjudicatária deverá manter todas as condições de habilitação durante a execução do contrato.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais – COPAM

11.3 Fica eleito o foro de Ijuí/RS para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

11.4 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

Ijuí/RS, Sexta-Feira, 28 de janeiro de 2022.

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO

CNPJ nº 90.738.196/0001-09

ANDREI COSSETIN SCZMANSKI

Prefeito Municipal

CPF nº 002.702.350-86

JGB EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA SA

CNPJ nº 90.278.565/0001-28

JOSÉ GERALDO BRASIL

Representante

CPF nº 120.185.890-91